PARECER N.º /2021

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 11/2021

OBJETO: CONCEDE O DIPLOMA DE MÉRITO EDUCACIONAL AO COLÉGIO NOVO MUNDO LTDA.

AUTORA: VEREADORA ANDRÉA MACHADO.

RELATOR: VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA.

1. Relatório:

O Projeto de Decreto Legislativo n.º 11/2021 é de autoria da nobre Vereadora Andréa Machado e tem o fim precípuo de conceder diploma de Mérito Educacional ao Colégio Novo Mundo.

A Digna Autora apoia-se na excelência das atividades educacionais da agraciada pautadas pela qualidade do ensino aplicado aos alunos de nossa cidade.

Recebida em 4 de outubro do corrente ano, a matéria foi regularmente distribuída à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, com designação do Vereador Eugênio Ferreira para emitir o presente parecer.

2. Fundamentação:

A concessão de diplomas de mérito educacional, dentre outros, é regulamentada pela Resolução 516, de 3 de dezembro de 2003.

Inicialmente, cumpre observar que a iniciativa deste tipo de matéria é concorrente de qualquer Vereador, Comissão da Câmara ou de sua Mesa Diretora.

Em estrito cumprimento ao disposto no artigo 220 da Resolução n.º 195/1992 que alterou a Resolução n.º 537, de 21 de dezembro de 2004, esta Comissão passa a ter competência também para a apreciação do mérito da proposição em destaque.

Todas as homenagens do Poder Legislativo são, inicialmente, de forma geral, destinadas a **pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado** mediante proposta legislativa, nos termos da Resolução 516, de 2003, conforme transcrito do inteiro teor dos §§ 1º e 2º do artigo 1º que assim dizem:

§ 1º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por distinções honoríficas ou honorárias os títulos, prêmios, diplomas de mérito, medalhas e equivalentes, concedidos pela Câmara Municipal de Unai a pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado mediante proposta legislativa, nos termos desta Resolução.

§ 2º Nas distinções honoríficas de que trata esta Resolução poderão figurar como homenageados pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado, salvo aquelas em que a própria natureza da honraria dispor o contrário.

Recorre-se este Relator para consentir a homenagem sob comento, a fim de ser destinada a uma instituição com personalidade jurídica de direito privado, albergando-se na ressalva das pessoas que a própria natureza da honraria dispuser o contrário, prevista no inciso III do artigo 5º, que assim prevê:

*III – de mérito educacional: **ao profissional ou estabelecimento** que tenha se destacado na aplicação do ensino, através do aprimoramento profissional, na adoção de novas técnicas e na melhoria da qualidade do ensino no Município;*

Para a apresentação de proposição que trate sobre concessão de diploma de mérito, necessário se torna que o autor da matéria a instrua com os seguintes documentos:

I – publicações, notas, recortes, peças publicitárias ou declarações que atestem de forma idônea os feitos do outorgado, a fim de que o mérito da comenda seja objetivamente apurado (fls. 26/30);

II – curriculum vitae, no caso de pessoa física; e estatuto ou contrato social, no caso de pessoa jurídica (fls. 9/16)

III – cópia do documento de registro geral e cópia do documento de cadastro de pessoa física ou jurídica do homenageado (fls. 17);

IV – ‘Revogado’ (Inciso revogado pela Resolução n.º 588, de 19 de junho de 2018.)

*V – certidão negativa de distribuição de ações criminais, expedida pelo cartório distribuidor da Comarca de Unai, inclusive do Juizado Especial, **no caso de pessoa física**, referente aos últimos dez anos; e (fls. 7)*

VI – ‘Revogado’ (Inciso revogado pela Resolução n.º 588, de 19 de junho de 2018.)

Este relator constatou que a Autora apresentou todos os documentos exigidos pelo artigo 13 do Código de Homenagens.

Diante da vedação prevista no artigo 14 do Código de Homenagens de que não seja concedido mais de um diploma a uma mesma pessoa ou empresa, consta do documento de fls.31, declaração da servidora pública responsável, expedida em 29.9.21, atestando que a homenageada não recebeu comenda de mesma natureza da prevista na presente proposição.

Quanto à proibição descrita no artigo 18 da Resolução 516, de 2003, da concessão de honraria com esta finalidade nos períodos compreendidos entre janeiro e outubro do ano em que

ocorrerem eleições municipais, notável é que o ano eleitoral municipal se deu em 2020, não restando qualquer impedimento nesta área para a tramitação da presente proposição.

Segundo o inciso III do artigo 5º da Resolução n.º 516/2003, o diploma de Mérito Educacional é cabível ao profissional ou estabelecimento que tenha se destacado na aplicação do ensino, através do aprimoramento profissional, na adoção de novas técnicas e na melhoria da qualidade do ensino no Município.

Em face de todo o exposto, vê-se que as exigências legais e técnicas foram cumpridas, não restando, em consequência qualquer impedimento para a tramitação da matéria.

Quanto ao mérito entende-se que a homenageada merece ser agraciada com o diploma de Mérito Educacional, pois, trata-se de entidade de renome e aprovação pelos unaienses.

2.2. Disposições Finais:

Para este Relator é motivo de orgulho poder contribuir e viabilizar homenagens a entidades de Unai que se tornaram verdadeiros patrimônios intelectuais para a nossa cidade, viabilizando sucesso e desenvolvimento para os munícipes.

Sendo assim, após a tramitação normal da matéria por esta Câmara Legislativa, sugere-se que o Projeto de Decreto Legislativo n.º 11/2021 possa retornar a esta Comissão para que seja dada forma à matéria, a fim de que seja aprovada segundo a técnica legislativa para correção de eventuais erros de linguagem, defeitos ou erros materiais, em conformidade com o disposto no art. 275 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

3. Conclusão:

Ante o exposto, sob os aspectos aqui analisados e salvo melhor juízo, dou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição e, ainda, no mérito, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 11/2021.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 26 de outubro de 2021.

VEREADOR EUGÊNIO FERREIRA
Relator Designado